

ASSIS CHATEAUBRIAND: HISTÓRIA E MEMÓRIA¹

ASSIS CHATEAUBRIAND: HISTORY AND MEMORY

Rita Boritza²

Resumo: “Assis Chateaubriand: história e memória” é um projeto que propõe analisar a colonização de Assis Chateaubriand sob a ótica dos relatos de alguns colonizadores. Procuramos recuperar e tirar do silêncio a memória de pessoas comuns, que vivenciaram a experiência do mandonismo político, do grilo de terras e da expulsão. Fomos à busca de outra história, de recuperar o conhecimento do passado daqueles que lutaram contra a dominação, daqueles que não aceitaram ser apenas instrumentos de quem tinha o poder. Para essas pessoas que iniciaram a ocupação e, depois, se depararam com a grilagem das companhias de colonização, o ambiente de insegurança era comum. O medo rondava as residências e as propriedades e as ameaças de uso da violência física era uma constante. Para realizar este projeto de estudo optamos por trabalhar com os alunos da EJA. Ao apresentar a proposta de trabalho foi muito interessante a reação dos alunos, pois, de imediato, um aluno afirmou que seu avô havia sido pistoleiro da Companhia Norte do Paraná na época e outro disse que seu tio foi motorista da mesma empresa e que presenciaram muita violência cometida a mando da Colonizadora. Inicialmente “achei que era invenção de meu avô”, afirmou um deles. Outros falaram sobre a época da colonização e as dificuldades que os “seus familiares” enfrentaram. Constatou-se que muitas pessoas ainda têm receio de falar sobre o assunto. As entrevistas foram realizadas de forma direta e indireta e seus resultados foram surpreendentes. Com este trabalho buscamos perceber como os alunos da EJA passaram a perceber essa história não dita e que memórias têm sobre a história do município, pois a construção da “identidade local” e da cidadania se dá numa estreita relação com a memória que o sujeito tem de si e das relações que estabelece com os outros, no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Conflito agrário. Colonização. Memória.

Abstract: “Assis Chateaubriand: history and memory” is a project that has as objective to suggest the analyze of the Assis Chateaubriand colonization under the optics migrants. We look for to recover and to take off of silence the memory of common people, who had lived deeply the experience of the politician orders, the land speculation and the eviction. We were to the search of another history, to get back the knowledge of the past of that they had fought against the domination, of that had not accepted to be only instruments of who had the power. To those people that started the land occupation and, then, faced the land speculation of colonization companies, the unsecure environment was frequent. The fear surrounded the residences and the properties and the threats of physical violence were regular. To complete this academic assignment we chose to work with the EJA's students. It was really fascinating the students reaction when presented the work proposal, because, as soon as presented, one of the students said that one of his grandfather was a gunman hired by the Company Norte do Paraná at the time of colonization, another student said that his uncle was a driver hired by the same company and he witnessed many violence that were committed by the company. In the beginning “I thought it was just a story from my grandfather”, said one of them. Others said trough the time of the colonization and all the difficulties that their families have been suffered. We got the conclusion that many people still have a kind of fear to talk about it. The interviews were made as direct and indirect form and their results were astonished. With this work we look for to understand how the EJA's students started to realize this untold history and the memories of this city, because the creation of the “local identity” and the citizenship is built in a narrow relation with the memory that the citizen has of itself and of the relations that establishes with the others, in the time and the space.

Keywords: Land Conflict, Colonization, Memory.

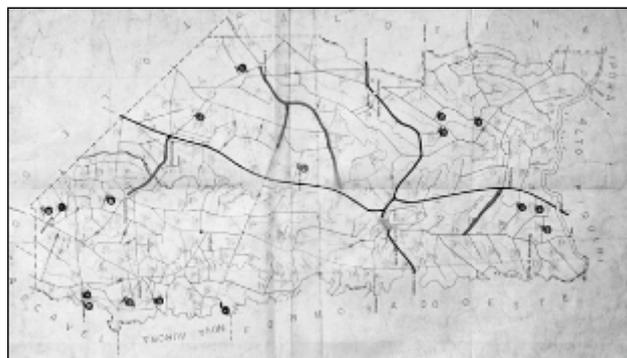
¹Publicado anteriormente por Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba: SEED/PR., 2011. **Cadernos do PDE**. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>>.

²Professora de História de rede pública de ensino do Paraná, especialista em História do Brasil - UNIOESTE - Toledo.

“Assis Chateaubriand: história e memória” é um projeto que propõe analisar a colonização de Assis Chateaubriand sob a ótica dos relatos de alguns colonizadores. Procuramos recuperar e tirar do silêncio a memória de pessoas comuns, pessoas que vivenciaram a experiência do mandonismo político, do grilo de terras e da expulsão. Fomos à busca de outra história, de recuperar o conhecimento do passado daqueles que lutaram contra a dominação, daqueles que não aceitaram ser apenas instrumentos de quem tinha o poder. Para essas pessoas que iniciaram a ocupação e, depois, se depararam com a grilagem das companhias de colonização, o ambiente de insegurança era comum. O medo rondava as residências e as propriedades e as ameaças de uso da violência física eram uma constante. Para realizar este projeto de estudo optamos por trabalhar com os alunos da EJA.

Ao apresentar a proposta de trabalho foi muito interessante a reação dos alunos, pois, de imediato, um aluno afirmou que seu avô havia sido pistoleiro da Companhia Norte do Paraná na época e outro disse que seu tio foi motorista da mesma empresa e que presenciaram muita violência cometida a mando da Colonizadora. Inicialmente “achei que era invenção de meu avô”, afirmou um deles. Outros falaram sobre a época da colonização e as dificuldades que os “seus familiares” enfrentaram. Constatou-se que muitas pessoas ainda têm receio de falar sobre o assunto. As entrevistas foram realizadas de forma direta e indireta e seus resultados foram surpreendentes. Com este trabalho buscamos perceber como os alunos da EJA passaram a perceber essa história não dita e que memórias têm sobre a história do município, pois a construção da “identidade local” e da cidadania se dá numa estreita relação com a memória que o sujeito tem de si e das relações que estabelece com os outros, no tempo e no espaço.

Quando vasculhamos os escaninhos, o nicho, o cofre da memória, pode-se surpreender com os danos causados pelos traumas do medo, da tortura, da ameaça e da violência.



Mapa do município de Assis Chateaubriand do ano 1982, [cedido pela prefeitura municipal]. Neste mapa está incluído o então distrito de Tupãssi, que foi criado pela Lei 7.270, de 27/12/1979. Mas a instalação oficial só ocorreu em 1º de fevereiro de 1983. Chamava-se Gleba Lambari, conhecido também por “Memória”, uma das regiões de maior conflito de terras entre colonizadores e posseiros.

O ponto de partida desta pesquisa...

“Assis Chateaubriand: história e memória” é um projeto que propõe analisar a colonização do município de Assis Chateaubriand, no Paraná, a partir das produções historiográficas existentes, oficial e outras, produzidas por Souto Maior³, Boritza⁴ e Colognese⁵, para confrontar, identificar e compreender, recuperar e tirar do silêncio a memória de pessoas comuns que vivenciaram a experiência do mandonismo político, do grilo de terras e da expulsão. Fomos à busca de outra história, de recuperar o conhecimento do passado daqueles que lutaram contra a dominação, daqueles que não aceitaram ser apenas instrumentos de quem detinha o poder. Propomos analisar impressões particulares desses sujeitos, bem como as memórias que se cultivam na atualidade, traçando um contraponto com as memórias oficiais (e outras memórias) sobre os conflitos de ocupação na região de Assis Chateaubriand.

Para Souto Maior, quando se busca a história da colonização de Assis Chateaubriand, encontram-se duas versões apresentadas: sendo a primeira

³SOUTO MAIOR, Laércio. **História do Município de Assis Chateaubriand - o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná**. Maringá, PR: Clichetec/Gráfica e Editora, 1996. Este livro foi escrito por ocasião dos 30 anos de emancipação política, a pedido do prefeito da época, Luiz do Amaral.

⁴BORITZA, Rita. **Os conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand**. Unioeste, Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História do Brasil. Toledo, 1994

⁵COLOGNESE, Silvío A; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999. Na época da colonização, este município pertencia a Assis Chateaubriand.

[...] a das companhias (compradoras dos lotes de terra), [...] relembando e defendendo a metodologia legalista da venda e ocupação dos lotes que não causaram, até os dias de hoje, nenhum problema às empresas colonizadoras nem aos pioneiros. Orgulhosos, os donos da companhia afirmam [...] jamais existiu [...] processo criminal onde haja condenação contra os donos, diretores e funcionários das duas colonizadoras responsáveis pelo processo de colonização do município de Assis Chateaubriand.⁶

A outra versão, chamada “populesca” pelos fomentadores da primeira, “[...] rememora as violências cometidas contra os posseiros pelos jagunços contratados pelas companhias”.⁷ Como afirma Colodel (1960), “[...] a arregimentação de pistoleiro por parte das companhias que exploravam o oeste paranaense sempre foi um fato corriqueiro e era de conhecimento público”.⁸ Para Cecília Westphalen (historiadora), havia “[...] intrusos, bandidos, pistoleiros que agiam por conta própria, mas, sobretudo, por conta de outros poderosos que desejavam estabelecer grandes grilões de terras no Paraná”.⁹

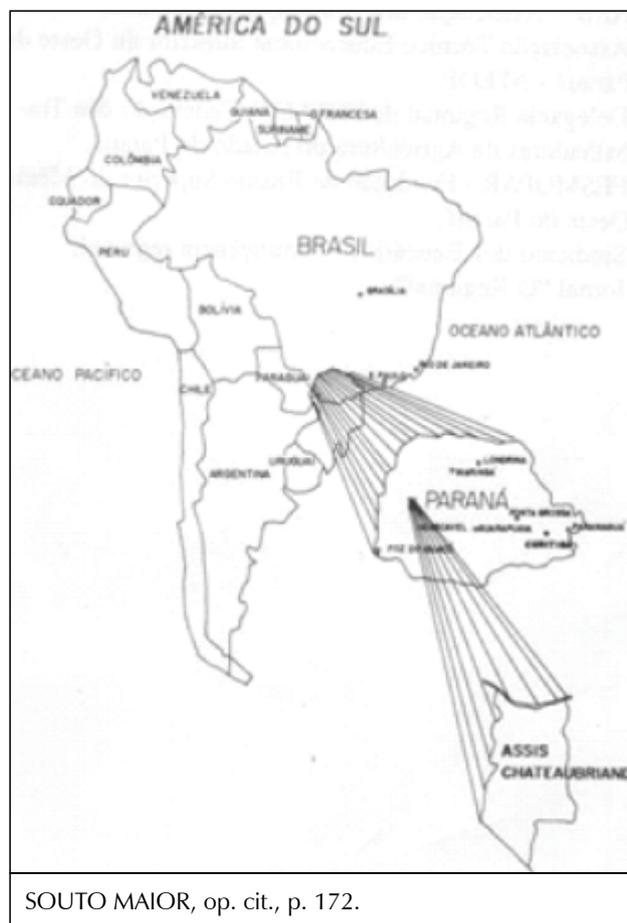
Na década de 1990, notícias sobre os conflitos de ocupação de Assis Chateaubriand voltaram a ocupar os discursos eleitorais. Em 1993, quando eleito, o governador Roberto Requião fez seu primeiro pronunciamento dizendo: “Vou reassumir em Assis Chateaubriand, diante das viúvas e dos órfãos dos agricultores assassinados pelas quadrilhas das colonizadoras”.¹⁰

Para Souto Maior (1996), o candidato ao governo usou do testemunho de um certo “Ferreirinha”, um falso pistoleiro que teria assassinado pessoas na região de Assis Chateaubriand a mando da família Martinez.¹¹ Ocorre que, segundo o autor, esse personagem nunca existiu e o candidato teria feito disso motivos eleitorais. Ao mesmo tempo, porém, testemunhos comprovam que muitos outros “Ferreirinhas” atuaram como capangas, jagunços ou

pistoleiros a serviço da Colonizadora Norte do Paraná (CNP).

Como essas terras foram parar nas mãos da Colonizadora Norte do Paraná?

Rudy Alvarez, gerente da Colonizadora Norte do Paraná em Maringá, teve conhecimento de que Lupion estava vendendo as terras do Piquiri e contou isso a Oscar Martinez (posteriormente proprietário da Colonizadora Norte do Paraná, bem como das terras do Vale do Piquiri), que logo tomou providências para a aquisição dessas terras.



⁶SOUTO MAIOR, op. cit., p. 77.

⁷Idem, p. 78.

⁸COLODEL, José Augusto. **Obragens & Companhia Colonizadora: Santa Helena na História do Oeste do Paraná até 1960** apud SOUTO MAIOR, op. cit., 1996, p. 78.

⁹Documentário: Paraná a ocupação da terra (s/d) sobre a História de Assis Chateaubriand (s/d) década de noventa.

¹⁰SOUTO MAIOR, op. cit., p. 75.

¹¹Idem, p. 79.

[...] então o Dr. Oscar contatou um advogado que era muito ligado ao Lupion, em São Paulo, um professor da USP, Dr. Homero Pena Firme, e disse: “Dr., já gastei 150 mil contos no grilo da Santa Cruz e eu derrubo o governo, pois sou amigo do David Nasser, Assis Chateaubriand e gasto mais 150 contos para derrubar o governo”. O Dr. Homero disse para o Martinez não fazer nada, que ele iria tomar as providências... Daí uma hora, ele telefonou para irmos a Curitiba e na semana seguinte começou novamente o acordo, foi quando eu fui para o Departamento de Terras para fazer a titulação dos títulos que cobriam os títulos da Santa Cruz no Estado... que deram tranqüilidade fundiária desta região.¹²

Segundo o relato de Oscar Martinez, as terras foram adquiridas do governo do Estado do Paraná. As terras de concessões e os domínios particulares estavam dificultando a penetração de correntes migratórias, estas crescendo de forma desordenada. Então o governo organizou um sistema de distribuição de terras, inclusive sobre as terras de concessões que já haviam sido objeto de anulações, discussões em juízo, etc. Segundo Martinez, bastava ir a Curitiba, ao Departamento de Terras e requerer uma porção de terras, que o governo concedia. Para este, “O espírito do Estado era popularizar, democratizar a distribuição de terras no Estado e naturalmente com isso proporcionar o desenvolvimento da região, criando condições e legalizando essas áreas.¹³

Assim, segundo tal versão, os titulares da Colonizadora deveriam ter o cuidado de juntar os dois títulos, o título particular e o do Estado. Para Martinez, todos os colonos venderam seus direitos e foram embora.

Segundo o jornal *O Paraná* relata, a

[...] Colonizadora Norte do Paraná S.A., que espalhou terror e invadiu terra em Assis Chateaubriand, tinha suas raízes [...] em ações judiciais, todas ligadas a Fazenda Santa Cruz, Cachoeira ou Rio dos Patos.

[...] Estes sucessivos desmembramentos deram margem para que grupos econômicos e financeiramente bem acobertassem a situação das mais comprometedoras. A Gleba Tupãssi, a mais visada pelos jagunços da Colonizadora Norte do Paraná S.A., tinha como proprietário de uma área de 670 alqueires, o vice-governador do Estado, Dr. Otávio Cesário Pereira Junior, que também era advogado do Grupo Martinez.¹⁴

O livro *Ninho de Cobras*, da década de 1980, afirma que o golpe era simples: recolhiam-se procurações dos posseiros a pretexto de regularizar o registro de terras. As procurações eram passadas no cartório e levadas pelo escrivão aos posseiros, que assinavam com uma cruz. Nessas procurações constava haver sido paga em moeda corrente a venda líquida da propriedade. Quando o colono tomava ciência, a procuração era arrancada à força com apoio de jagunços e de policiais militares que fazia horas extras como criminosos¹⁵. Em diversos casos, ainda, a posse das procurações era negociada com latifundiários, através do pagamento de propina:

Alyr Silva, quando agente da Fundação, recebia alguns estranhos bilhetes, assinados por um certo Ruy, todos com o timbre “Estado do Paraná”. Eis um deles: “Prezado amigo Alir (palavra ilegível). Acompanhe o Sbaraini até o lote 4 da gleba 2 São João, e pégue do posseiro João Etikoski uma carta (um documento) de que ele transferiu o seu direito de posseiro do referido lote ao snr. Joao Picchini. Faça você uma carta e o João só assina. Leve também na 16 para que o Sbaraini escolha uma área de 1000 alqueires para comprar. Abraços, Ruy. (Rasgue esse bilhete)”. [...] E ainda este revelador conselho, para dobrar a resistência de um posseiro teimoso: “Alir: Tenho grande interesse em resolver a situação do Sbaraini. Pegue a carta (borrão) documento do João Etikoki na ‘marra’. Ruy.¹⁶

¹²Entrevista Rudi Alvarez, primeiro prefeito eleito de Assis Chateaubriand, entrevista feita em 28/11/1995 - Apud SOUTO MAIOR, *op. cit.*, p. 217-218.

¹³SOUTO MAIOR, *op. cit.*, p. 191.

¹⁴*O Paraná*, 25/2/1977, p. 3, Apud: BORITZA, 1994.

¹⁵CORDEIRO, Anselmo. **Ninho de cobras**. Cascavel, PR: Editora Independente Ltda., [198-]. p. 68.

¹⁶*Idem*, p. 69.

Documentos como esse demonstram algumas práticas na ocupação do Oeste paranaense. Na região de Cascavel, ameaças e fraudes eram apoiadas pelo aparelho policial, controlado por *certo* major Haroldo Cruz, acusado de ser o responsável para pressionar os posseiros. Enquanto isso, em Curitiba, se alterava a titulação de acordo com as conveniências dos interessados.

Quando falamos da história da colonização de Assis Chateaubriand, buscamos reinterpretar o passado sob a ótica dos colonos que foram excluídos dessa memória. E o fazemos em razão de que, ainda hoje, o que se ensina na rede municipal de educação está intrinsecamente ligado ao pioneirismo da Colonizadora Norte do Paraná e de seus heróis.¹⁷

O que se tem produzido sobre a história de Assis Chateaubriand é que o processo de colonização ocorreu de forma linear, sem conflitos, sem contradições. Negar a existência do conflito não significa que ele não tenha existido. Aqueles que venceram impuseram sua versão dos fatos acerca do processo de colonização e tudo aquilo que aconteceu no passado. A quem interessa a perpetuação do pensamento único sobre o processo de colonização desse município? Quem tem o poder de definir a identidade do colonizador? Em que esfera esse poder é construído? Quem são os sujeitos sociais envolvidos?

A identidade não é um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída, mesmo estando ela em permanente transformação, enquanto processo. A identidade pressupõe um elo com a história passada e com as memórias do grupo, enraizada no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, nos ícones, na religião. As lembranças são mantidas nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer, da religiosidade, ancoradas no vivido, na experiência histórica. A busca de identidade é uma das necessidades fundamentais da sociedade humana e está ligada ao cultural.

De Mãe de Deus a Assis Chateaubriand: que interesses estavam em jogo na mudança do nome da cidade?

Enquanto distrito de Toledo, o nome da cidade era Tupãssi. Afinal, de onde surgiu o nome *Tupãssi*? Segundo relatos de Rudy Alvarez, uma das posses do Dr. Oscar estava localizada no pantanal do Mato Grosso, uma fazenda cujo nome era Tupaci, que, na linguagem dos índios Kadweus, significava Mãe de Deus. Quando começaram a colonização do município, o próprio doutor afirmou que a cidade ia se chamar Tupãssi, porque Tupã, em guarani, é Deus.

Para Gregori (1999), influenciada pela religiosidade guarani, a utopia cristã “[...] ativou o imaginário de uma sociedade colonial do futuro em base aos princípios éticos-cristãos”.¹⁸ A concepção de Deus, de homem e de natureza, como modelos de sociabilidade e convivência, alimenta a utopia do sonho, mas não descolada da realidade. No nível de representação simbólica, Tupãssi traz a marca do divino, que se mantém na profunda religiosidade do povo, que, por outro lado, vive e constrói a sua história.

No Paraguai, nas províncias de Tayaóba e nas imediações do Brasil, as populações nativas convencionavam usar o conceito Tupã para designar Deus. Segundo a lenda, dos europeus cristãos, São Tomé teria passado por aquela região toda pregando a palavra de Deus. Acredita-se, inclusive, que suas pegadas teriam deixado um caminho de São Vicente à Assunção, passando por Guairá. Esse caminho, conhecido pelos índios, é associado ao do Peabiru, que estabeleceu contatos de povoações indígenas e de espanhóis e de paulistas:

Tupã Chy Ete é concebida como a deusa das águas. Tupã Chy pode ser entendido como o lugar onde Tupã se encarna, se gera. A relação que se constrói entre a paternidade e a maternidade [...]. Tupã Chy, ou Tupãssi, mãe de deus, ou, ainda, Tupã Chy Ete, a mãe dos Tupã [...] que, frente a grandeza do seu coração a fez conhecedora da divindade como a verdadeira futura mãe dos Tupã. Deus das águas e senhor dos mares.¹⁹

¹⁷Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand – Estado do Paraná. Apostila de Dados – 2005.

¹⁸COLOGNESE, GREGORY e SCHALLENBERGER, *op. cit.*, p. 9-10.

¹⁹*Idem*, p. 11-12.

Compreender a mudança do nome da cidade, de Tupãssi para Assis Chateaubriand, é compreender as relações de produção, de poder e os interesses que estavam em jogo na época. Vamos ver como isso ocorreu.

Rudy Alvarez afirma que o governador Ney Braga queria anular o título da Santa Cruz, porque não concordava com a titulação de terras e estava pressionando o Dr. Oscar Martinez. Na ocasião, Oscar procurou o jornalista Násster, que sugeriu ao mesmo trocar o nome da cidade, homenageando o jornalista Assis Chateaubriand, que se encontrava doente e buscava tratamento nos Estados Unidos (SOUTO MAIOR, 1996, p. 220).

Continuando a narrativa, Rudy descreve a dificuldade da criação do município de Assis Chateaubriand, fato que vinha causando uma série de transtornos e desgaste político com Toledo, município ao qual esse distrito pertencia. O então prefeito do município de Toledo, Dr. Campagnolo, não aceitava a separação, ameaçando, inclusive, romper com o governo do Estado, caso isso ocorresse.

Diante desse impasse, Rudy Alvarez diz ter procurado Oscar Martinez para este pedir ajuda ao jornalista Assis Chateaubriand, uma vez que, se o município levasse seu nome, ele poderia intervir junto ao governador Paulo Pimentel. E foi o que aconteceu. Feito isso, a resposta foi imediata, tanto que o governador convidou o próprio Chateaubriand a comparecer ao Palácio do Iguazu para assistir à assinatura que sancionava a lei que criou o município de Assis Chateaubriand.²⁰

A pedido do Jornalista David Násster, na ocasião em que o embaixador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello iria se submeter à difícil intervenção cirúrgica nos Estados Unidos, mudou o nome Tupãssi para Assis Chateaubriand, em homenagem ao decano dos jornalistas brasileiros, imortalizando assim o nome desse audaz pioneiro e semeador do progresso, o “Velho Capitão” e exatamente no dia 20 de agosto de 1966, criou o Município de Assis Chateaubriand [...]. Nesse dia esteve presente o embaixador

Assis Chateaubriand, que em trecho de seu discurso disse: “A homenagem deveria ser prestada ao bandeirante Raposo Tavares, pois se não fosse ele o Paraná nunca haveria de ser brasileiro”.²¹

O Dr. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello era dono de canais de televisão e de diversos jornais. Só esse fato já bastava para tirar vantagem colocando seu nome no município. A divulgação da criação do município foi em cadeia nacional. O município começou a aparecer em várias manchetes de jornais brasileiros, que publicavam artigos tais como: “Assis Chateaubriand é cidade do Paraná”, “Assis Chateaubriand agora é algo diferente”, “Acaba de nascer Assis Chateaubriand”, etc.²² Foi aí que os donos da Companhia tiveram seus interesses atendidos, pois o Brasil inteiro ficou sabendo dessas terras férteis, que despertavam cobiças aos olhos capitalistas:

E Assis Chateaubriand passou a ser não apenas uma cidade, mas na verdade algo diferente que acabava de nascer com o mais potente marco de desenvolvimento que já se viu, ao mesmo tempo, que surgia um futuro, uma história, uma realidade das mais conturbadas já vistas. Pois Assis Chateaubriand está localizada numa região das mais férteis do globo terrestre, constituída pela tão falada “terra roxa”, que atraiu imigrantes de todos os recantos do Brasil e do mundo, formando um ambiente cultural, econômico, religioso e social. Projetando-se o nome de Assis Chateaubriand, ao mesmo tempo somando com o fenômeno do desenvolvimento da região do Vale do Piquiri, fazendo tudo formar-se cada vez mais sugestivo, é que em 1966, a Comunidade de Assis Chateaubriand teve o seu maior dia ao receber a visita insigne do grande jornalista Embaixador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo que deu o seu próprio nome à Cidade. Estava numa comitiva juntamente com o Governador do estado na época, o Senhor Dr. Paulo Cruz Pimentel, foi quem sancionou a Lei.²³

²⁰Texto baseado na entrevista do Dr. Rudy Alvarez, 28/11/1996, primeiro prefeito de Assis Chateaubriand, apud SOUTO MAIOR, p. 225-226.

²¹Apostila da Secretaria da Educação do município de Assis Chateaubriand.

²²Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis_Chateaubriand>. Acesso em: 21 nov. 2008.

²³Idem.

No dia da criação do município estiveram presentes deputados de vários Estados do Brasil, secretários de Estado e artistas como Lima Duarte, que leu o discurso do jornalista – o “bravo homem” que deu seu nome à cidade, o herói que os chateaubriandenses continuam a homenagear. Será que precisamos destacar outras vantagens para a empresa Colonizadora ter mudado o nome da cidade? Ou podemos afirmar que a mudança do nome da cidade produziu um discurso hegemônico?

História a contrapelo: houve ou não houve violência?

A história oficial da colonização de Assis Chateaubriand confunde-se com a história e com os grandes feitos da Colonizadora Norte do Paraná. Nesta há uma insistência de que a violência cometida durante a colonização foi apenas “populesca”, folclórica.

Dada a escassez bibliográfica, a histórica de Assis Chateaubriand atribui o mérito dessa colonização a dois “grandes homens”, quais sejam, Adízio Figueiredo e Oscar Martinez. Reforçando essa ideia, em entrevista, Ademir Brito dos Santos, fundador do Jornal Regional, único da cidade, faz a seguinte afirmação:

Assis Chateaubriand foi colonizada por colonizadores de larga experiência, como por exemplo, a família Martinez que na época tinha como gerente de sua colonizadora o senhor Adizio Figueiredo dos Santos. [...] merecem uma medalha de honra ao mérito pelo brilhante trabalho de colonização do país de forma geral. Transformar densas florestas em povoados, patrimônios, distritos, cidade e estados, tarefa de homens de fibra, determinação e perseverança...²⁴

Contrapondo-se a essa perspectiva de heroísmo, tem-se pouca referência daqueles que ocuparam o espaço e foram expulsos em nome do lucro de empresas privadas. Os donos da companhia admitem a necessidade de

“determinações rígidas” e de “mão firme”, procedimentos que não fugiam à regra de outras frentes de colonização. Essa é a esfera do poder, que apresenta o heroísmo dos donos da Colonizadora, considerados como desbravadores, que enfrentaram feras, protegeram posseiros, legalizaram a posse das terras, etc. Burke (1992) afirma que “A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossa boca, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar”.²⁵

Para Rudy Alvarez, a companhia tinha a função de legalizar as titulações de terras. Para este, o maior trabalho de assentamento e de regularização foi perto do Rio Memória e do Rio Lambari (hoje município de Tupãssi). Uma vez sendo donos dessas terras, a companhia deveria legalizar o loteamento ocupado por posseiros, ou seja, comprar as posses, demarcar, lotear, num projeto de 10 alqueires paulistas para cada posseiro. A grande maioria não legitimou as terras, porque era gente muito pobre e optaram, segundo Rudy, por vender as terras.

Adízio Figueiredo dos Santos defendeu que a Colonizadora enfrentou problemas sérios com a penetração de intrusos, de tumultuadores, nas terras do Vale do Piquiri:

Eles chegavam e diziam ser colonizadores e que tinham ordem do governo, mas na realidade eram tumultuadores, muitos desses grupos tivemos que expulsar a força, assim que atravessavam o rio. Fomos obrigados a fazer “mão-forte”, até que a justiça decidiu.²⁶

José Bolívar Bretas²⁷ se autodetermina como sendo um homem tranquilo, sereno, não dado a violência. Relata que, certo dia, um cliente veio com um problema de invasão de terras, na região do Cinco Mil, por “grileiros criminosos”. Segundo Bretas:

[...] uma ação de despejo, na época, ou de uma reintegração de posse, ou de uma emissão de posse, era uma ação muito demorada, complicada, um processo aí que se arrasta por dez ou quinze anos. [...]

²⁴Entrevista de Ademir Brito dos Santos, em 19/11/1996 (Apud: Souto Maior, 1996, p. 277-78).

²⁵BURKE, Piter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 62.

²⁶Apud: SOUTO MAIOR, *op. cit.*, p. 83.

²⁷Advogado, em entrevista de 19/9/1996 (SOUTO MAIOR, *op. cit.*, p. 261).

porque se passasse mais um dia caracterizaria a posse, segundo o direito, para o invasor. Então, não desobedecendo à Lei, mas com base na própria Lei, o Art. 502 do Código Civil Brasileiro, onde diz que o possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, com tanto que o faça logo, e foi o que nós fizemos.²⁸

José Bolívar Bretas continua narrando e assim descreve a ação de despejo:

No dia seguinte, eu me armei [...] Armei-me muito bem, com o revólver Shimith, cano longo, cabo madrepérola, revólver 38 que ganhei do meu pai. Fui para o Cinco Mil com mais oito homens, que eu juntei aqui na região, fui até a delegacia de Palotina, o comando do Batalhão militar era em Palotina. [...] e procedemos a desocupação de terra com um tiroteio [...] éramos em número maior, estávamos melhor preparados em armamentos, [...] invadimos as terras e desocupamos as mesmas, expulsamos o pessoal de lá depois de um tiroteio, não agüentaram a parada e saíram.²⁹

Por outro lado, o Dr. Bretas tece uma série de elogios para Adízio Figueiredo dos Santos, sócio da Colonizadora. Para esse, Adízio

[...] é meu pai espiritual ... um homem que tudo o que Assis Chateaubriand tem, deve a ele, ... o prédio da Associação Comercial denomina-se Edifício Adizio Figueiredo, o Estádio de Futebol de Tupãssi, é Estádio de Futebol Adizio Figueiredo dos Santos ... reconhecimento por aquilo que fez. ... E tudo isso é pouco para justificar o que Adizio fez por Assis Chateaubriand. [...] O Sr Adizio foi um pai para nós.³⁰

Mais bem preparado, em número maior, era a força do poder do mais forte que impunha, ameaçava, coagia e expulsava os colonos. Aqui também é possível perceber que Assis foi palco de uma verdadeira “praça de guerra”. Diante desse e de outros relatos, é possível afirmar que a

Colonizadora também usou de métodos violentos para a colonização da região onde hoje se situa o município de Assis Chateaubriand.

Para muitos colonizadores, o ambiente de insegurança era comum, o medo rondava as propriedades, havia ameaças físicas e de perder as terras. A ausência da lei, as ameaças e a presença de jagunços eram uma constante. Izidoro Rubel relata que, chegando em Tupãssi, comprou terras da Companhia Santa Cruz e essa posse era de 40 alqueires:

Não foi fácil legalizar; os jagunços metiam-se no meio para atrapalhar. O chefe da Imobiliária Paraná era Miguel Vargas e o da Imobiliária Norte do Paraná era João Simões. Nós perdemos a terra da Santa Cruz e compramos da Santa Cruz novamente. Comprei 25 alqueires. Perdemos 80 alqueires. [...] os jagunços estavam do lado da Imobiliária. Segundo ele, havia gente que passava a noite no mato com medo da jagunçada. 'Uma mulher nos contou que os jagunços quase mataram seu cunhado. Ele fugiu para o mato, deixando uma criança em casa. Os jagunços retiraram a criança e atearam fogo na casa. É Paulo Kugiski, a esposa dele chama-se Paulina. O filho mais velho é nosso afilhado.³¹

Ameaça, intimidação, expulsão, assassinato. Sentimentos de insegurança também quanto a referências legais de contratos e de acordos da posse de terra: “perdemos a terra e compramos novamente”. A vulnerabilidade a que estavam expostos gerava esse sentimento de pavor também quanto ao medo de perder as terras. O historiador Rui Wachowicz relata:

Então o que acontecia? Acontecia o tiroteio. Acontecia os conflitos, isso em algumas regiões do oeste foi uma verdadeira catástrofe, né. Então os grupos se armavam e cada um procurava defender aquilo que considerava seu. Nós sabemos como a justiça brasileira, mais lenta do que uma tartaruga, tem casos que não foram resolvidos ainda.³²

²⁸ *Idem*, p. 264.

²⁹ *Idem*, p. 266.

³⁰ *Idem*, p. 270.

³¹ COLOGNESE, GREGORY e SCHALLENBERGER, *op. cit.*, entrevista n. 8, Izidoro Rubel, *Idem*, p. 81.

³² Entrevista em vídeo (s/d) sobre a história de Assis Chateaubriand.

O senhor Aniceto Battisti afirma que comprou as terras quando ainda morava no Rio Grande do Sul. Segundo ele, “As terras eram do Estado, no tempo do governador Moisés Lupion. As companhias compravam do governo e iam vendendo... os jagunços das Companhias eram bandidos...”³³ O elemento aqui presente é a comprovação de que, nesse governo, a compra de terras ocorria de forma simples e rotineira. Para Oscar Martinez, muitas pessoas compravam terras na região, mas não se aventuravam a colonizar, porque as dificuldades eram muitas. Num outro momento da entrevista, Aniceto Battisti cita a duplicidade de documentos acerca da mesma terra. Para ele, a Colonizadora deveria legalizar a documentação dessas terras. Alguns entrevistados afirmam terem comprado posse de 50 alqueires e, na hora da legalização, ficaram com apenas 20 alqueires.

“Se o Rio Piquiri soubesse falar, a gente saberia direito”! “Não quero falar sobre isso”!³⁴

“Assis Chateaubriand: história e memória” é um projeto que propõe analisar, contrapor, questionar, deslegitimar a História oficial ou, simplesmente, problematizar, a colonização de Assis Chateaubriand. Procuramos recuperar, e tirar do silêncio, a memória de pessoas comuns, que vivenciaram a experiência do mandonismo político, do grilo de terras e da expulsão.

Na busca de realizar este propósito, constatamos que muitas pessoas ainda têm receio de falar sobre o assunto: “Não quero falar sobre isso”! Esta foi a expressão mais ouvida. O que estaria por trás dessa frase: “*Não quero falar sobre isso*”?

Em entrevista com o senhor Mário Orlandini, isso ficou bastante claro. Vejamos:

Rita Boritza: Tinha muita violência aqui, briga...?

Mário Orlandini: “Violência?... Eu ia falar o nome de uma pessoa mas não vou falar, não. Ele matava muita gente, jogava no rio

Piquiri... Conhece aquela história: Ah! “Se o rio Piquiri soubesse falar” [ri enquanto fala], mas não vou falar o nome... o homem era brabo.”³⁵

O fato de as pessoas não quererem falar sobre o assunto, de preferirem silenciar com medo de falar, isso supõe a intensidade dos conflitos agrários que ocorreram em Assis Chateaubriand. Com essas reações foi possível perceber que as raízes da violência cometida no período de colonização ainda estão vivas no presente e que o medo ainda ronda as memórias daqueles que foram silenciados. Seria esta uma forma de querer apagar a violência do passado? Será que, ao silenciar sobre os erros cometidos, a violência desaparece?

Compreendemos violência como:

Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (coagir, constranger, torturar, banalizar); todo ato de violação da natureza de alguém (violar); todo ato de transgressão contra o que alguém define como justo e como direito (desnaturar, agredir, ofender); todo ato ou palavra que leva ao rebaixamento de dignidade humana (humilhar, ultrajar, desamparar).³⁶

“Não quero falar nisso”. Nesta afirmação está presente a submissão das consciências, da memória, que, ano após ano, vem causando constrangimento. O outro (o agressor), mesmo tendo perdido sua importância, continua a submeter, a coagir, a dominar na atualidade, estabelecendo uma violência radicalmente muda, silenciada. Por trás dos abusos (instrumentalização ou manipulação da memória), encontramos a relação fundamental da memória com a violência.

Baiano da Foice, primeiro desbravador, de Assis Chateaubriand, com 87 anos, assim relata:

Ninguém conhecia nada... aqui foi bonito... depois que deu pra matar gente... todo mundo abriu fora... isso aí foi feito a bala. Só ficou os ricos, ricos ninguém mexia. A jagunçada chegava e dizia: “você é pra desocupar hoje”. Se ele resistisse,

³³Idem, p. 81.

³⁴Entrevista de Mário Orlandini, cedida a Rita Boritza e alunos do CEEBJA de Assis Chateaubriand em 2/6/2009.

³⁵Idem.

³⁶MAGALHAES, Marion B. “Campo de concentração: experiência limite”, p. 67, In: **Revista História: questões e debates**, n.º. 35, UFPR, 2001, p. 61-79.

matava na hora. Mandava a viúva embora e acabou. Isso aqui matava gente como porco e galinha. Brincou, morreu. Eles tinham jagunçada aí. Ali na beira do rio... eles levavam os homens, punham lá dentro d'água... até na cintura e metiam as cabinas: beim, beim, beim. Esse aqui também, o chefão daqui, agora que tá querendo ser governador, o pai dele é dono da fazenda da Corredeira, ali. Abriu um fazendão lá, e era sócio do Adízio. E começou a matar gente também, ajudando Adízio, fez muita judiação. Ih! o Martinez passou a ser sócio do Adízio, aí é que foi matar bonito, o homem gosta do serviço [pausa]. Se quiser me matar, mata, mas eu to falando. Eu já tô velho mesmo.³⁷

Para Magalhães (2001), na essência, os atos violentos são legitimados por um estado de direito precário, onde os governantes se alojam em instituições formais, protegidos dos olhares dos próprios donos do poder. É nesse espaço confinado, invisível, desconhecido, que se encontra o opositor. Desse espaço/memória desviamos o olhar. Sabemos que o mal, que o erro está aí aprisionado, mas não sabemos ao certo o que fazer dele. Sentimos apenas que estamos impedidos de agir, impedidos de falar, impedidos de denunciar. O agressor, embora exilado, deportado, preso ou mesmo morto, continua sendo apresentado como um mal ameaçador, um perigo iminente. Daí o desabafo do “Não quero falar nisso!” de tantas testemunhas, vítimas dos conflitos agrários na região de Assis Chateaubriand.

A partir de nossa insistência, o senhor Mário Orlandine desabafou:

[...] ali era tudo posse ali... deu dó... as máquinas... A companhia mandou com máquinas e fãmia dentro, arrancava a casa, quem saía, saía... se não saía empurrava tudo tacando fogo, tacando fogo...Tinha posseiro que dava dó, queimou tudo, aquilo dava dó... Eu lembro disso... o sindicato fez campanha, mas não teve jeito... cabou... Tinha muito ranchinho aqui sabe... parte bonita... área muito grande...Acabou tudo... e assim tinha muito conflito sim... pro lado de... de... São Pedro... teve muito conflito.³⁸

Segundo Boritza (1994), era difícil entender as artimanhas utilizadas pela Colonizadora Norte do Paraná. No Carnaval de 1977, vinte jagunços comandados por José Amaro espalharam terror e acabaram por expulsar duas famílias de terras em litígios. Zé Amaro trabalhava para a Companhia. Ele e outros capangas viviam escondidos na Fazenda Rio Verde, de propriedade de Adízio Figueiredo, e que era um reduto de pistoleiro a serviço da colonizadora. Usavam como armas: metralhadoras, aviões que lançavam nuvens de venenos e tratores que destruíam plantações. Assim comandaram centenas de despejos.

Luiz Antônio dos Santos, 46 anos, nascido em Assis Chateaubriand, afirmou que seu pai e tios estiveram envolvidos diretamente com a Colonizadora Norte do Paraná.

Meu pai trabalhou na colonizadora, foi motorista, jagunço matou muita gente aqui em Assis, meus tios. Esse peso que temos nas costas, dos Amaro... Époça que a colonizadora mandava, eles mandava...

[...] 1970... acho que foi a época mais crítica ... o poder da colonizadora, vou falar pra vocês... não tenho orgulho nenhum, não é orgulho pra mim nem pro Adalberto [aluno da EJA], carrego peso do nome Amaro, porque eram os 3 irmãos que praticamente mandavam em Assis Chateaubriand, eles fazia e acontecia, se um parente ou um amigo fosse preso, eles iam lá e mandavam soltar, se não soltassem, botavam fogo na cadeia. Só respeitavam o Exército... você tem o preto no branco, se não tem, tem 24 horas para sair de dentro da terra.

[...] Vou falar uns nome... Joanito Amaro, Santo Trovo, Família do Mario Bigode, Benedito Amaro, Decio Ramos... Capixaba era pau mandado, morreu há pouco tempo... mandava executar. [...] O Narciso era o mais violento e o mais perigoso de todos.

[...] A colonizadora... teve parte boa e parte ruim... Hoje quem era da colonizadora hoje não tem nada, nem terra no cemitério... meus tios mesmo, um dos primeiros a ter avião em Assis Chateaubriand e morreu praticamente sem nada, sem aposentadoria... morrendo aos poucos, morrendo com câncer.³⁹

³⁷ Documentário: Paraná - a ocupação da terra (s/d) sobre a história de Assis Chateaubriand [s/d (década de 1990)].

³⁸ Entrevista de Mário Orlandini.. *op. cit.* – entrevista de 2/6/2009.

A entrevista com Luiz Antônio do Santos confirma aquilo que o texto já denunciava sobre o nome dos Amaro. Afirma que eram pessoas que, a serviço da Colonizadora Norte do Paraná, faziam o serviço “sujo”, mas seus donos aparecem, na história oficial, como o colonizadores e como heróis do município de Assis Chateaubriand.

A história oral como ponto de partida para uma proposta metodológica

Historicamente, a história oral não é nada recente. Já Heródoto e Tucídides lançaram mão de relatos e de depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos do passado. Na Idade Média, o recurso a relatos e a depoimentos para a reconstituição de acontecimentos e de conjunturas não era incomum. No século XIX, entretanto, com o predomínio da história “positivista” e a quase sacralização do documento escrito e oficial, a prática de colher depoimentos esteve relegada a segundo plano. Considerava-se que o depoimento não poderia ter valor de prova, já que era imbuído de subjetividade, de uma visão parcial sobre o passado e estava sujeito a falhas de memória.

A moderna história oral nasceu em 1948, portanto depois da Segunda Guerra Mundial, em Nova York. Foi nesse contexto que as histórias de pessoas comuns, de vítimas da guerra e de tantos que suportaram as tropas lutando fora do país eram contadas e transmitidas. É fundamental que se tenha em mente que não se pode pensar no sucesso da história oral sem levar em conta o surgimento do rádio e do gravador.

Embora a introdução da história oral no Brasil date dos anos 1970, somente no início dos anos 1990 a história oral experimentou aqui uma expansão mais significativa. Em 1975, o programa de História Oral do Cpdoc⁴⁰ foi pioneiro no Brasil. Sua contribuição foi sempre maior nas áreas pouco estudadas, seja no estudo das elites, seja no das grandes massas. A ideia era estudar o processo de montagem do Estado brasileiro, permitindo

inclusive compreender como se chegara ao regime militar, então vigente. Afirma Alberti:

[...] com as entrevistas, procurava-se conhecer os processos de formação das elites, as influências políticas e intelectuais, os conflitos e as formas de conceber o mundo e o país. Para alcançar este objetivo, o mais apropriado era realizar entrevistas de história de vida [...] políticos, intelectuais, tecnocratas, militares e diplomatas, entre outros, desde os que ocuparam cargos formais no Estado até os que, fora do Estado, com ele cooperaram ou lhe fizeram oposição.⁴¹

Nesse sentido, as entrevistas permitem instituir um novo campo documental que, muitas vezes, tem-se perdido com o falecimento de seus narradores. É aquilo que as pessoas se lembram do que aconteceu, de como aconteceu, como selecionam, interpretam e elaboram suas memórias.

Para Alberti, a história oral “[...] pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografias, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos. [...] pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados”.⁴²

Há muitas memórias *subterrâneas*, porque ficaram à margem da história oficial escrita. A história oral privilegia a história das memórias que não foram registradas, privilegia a memória das minorias, privilegia as memórias ocultas.

Para Montenegro:

O que importa na história oral não são os fatos acerca do passado, mas todo o caminho em que a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea, a questão de como os historiadores vão usar fontes é um problema da história oral como de áreas afins.⁴³

³⁹Entrevista cedida a Rita Boritza e alunos do CEEBJA de Assis chateaubriand, em 4/6/2009.

⁴⁰Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas – criado em 1975 – <http://www.cpdoc.fgv.br>

⁴¹ALBERTI, *op. cit.*, p. 20.

⁴²*Idem*, p. 17.

⁴³MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo, Contexto, 1994. p. 16.

A história nunca será um terreno neutro. O passado, ainda hoje, é um campo de interesse e de disputa de poder. Pelos relatos gravados se retrata a própria visão de mundo dos diferentes sujeitos, ou seja, como veem suas vidas e o mundo ao redor. Até que ponto a população convive, tolera, assimila, reproduz a cultura oficial? Através dos depoimentos, é possível analisar que elementos simbólicos e que representações são construídas pela população como avesso daquilo que lhe é imposto. Cabe ao historiador desvendar as múltiplas experiências e versões, buscando dar uma resposta para temas relegados ou para temas submetidos aos interesses e às ideologias dominantes.

Trabalhar com história oral é ter a possibilidade metodológica ampliada na compreensão dos sujeitos, de sua identidade, de sua cidadania. É o sentimento de pertença a determinado grupo social que garante a alteridade. Cabe ao professor de História desvendar os diferentes caminhos dos sujeitos. Exemplo disso é partir de experiências pessoais, da família, do trabalho, do emprego, da religião.

Há uma diversidade de conteúdos e de temas a serem desvendados, desde a velha cama de palha e seu funcionamento, passando pela preservação dos alimentos perecíveis numa época anterior à geladeira e passando pelos costumes, pelas festas, pelas crenças e pela benzedura (nascimento de bebês e dietas para as mães, bem como doença, morte e enterro). E o plantio? Como saber a hora certa da colheita? Trabalhos domésticos e as funções do pai e da mãe dentro de casa, nos diferentes tempos históricos? Sem falar nas biografias dos avôs!

A pesquisa oral tornou-se um meio pedagógico eficaz para motivar os alunos de História, levando-os a tomar consciência das relações que o passado mantém com o presente. A experiência realizada pelos alunos com seus avôs vem apresentando resultados surpreendentes, fornecendo uma documentação bastante original sobre a Segunda Guerra Mundial, sobre migração e sobre colonização, material que, dificilmente, seria obtido por um pesquisador externo.

Despertar no aluno a curiosidade e a vontade de conhecer é o elemento-chave para motivá-lo a sair a campo, para gravar e trazer para a discussão/debate e, gradativamente, para passar para a escrita. Sempre partir de sua própria linguagem, esta é a chave do êxito.

Ao coletar narrativas e memórias sobre como as pessoas viviam no passado, como se vestiam, sobre as brincadeiras das crianças e sobre as mudanças da paisagem, estamos coletando evidências sobre o passado, tais como memórias de um bisavô sobre uma rua, sobre uma igreja, sobre uma escola, sobre uma cidade, sobre uma construção de cinquenta anos atrás, diferentes biografias... O aluno pode praticar entrevistando professores, membros da família ou outros alunos ou pode praticar escrevendo sua autobiografia. A história oral oportuniza um tipo de atividade que possibilita, aos alunos, desenvolver vários tipos de habilidades, como:

- pesquisar (instiga descobrir coisas e outras fontes);

- aprender a escutar os outros, a captar exatamente o que se quer transmitir. Isso exige concentração e, sem se dar conta, o aluno começa a enfrentar problemas de compreensão e de interpretação;

- adquirir confiança em expressar-se por palavras;

- adquirir habilidades técnicas, tais como: gravar, utilizar gravadores, filmadoras, fotografias, catalogar informações, arquivar, salvar em computadores e apresentar;

- adquirir habilidades sociais: capacidade de comunicação, de escutar os outros, fazer sentir-se à vontade, paciência necessária para obter informações;

- comportar-se sem brincadeira, ter uma visão viva como era a vida no passado, perceber as continuidades e as rupturas;

- perceber como as experiências de outras pessoas, no passado e hoje, são diferentes daquelas que eles próprios têm no presente;

- ajudar a compreender e a sentir-se solidário com o outro, a enfrentar valores e atitudes conflitantes, a ter respeito pelo outro e por sua identidade.

Se o passado conta, ele conta pelo que significa para nós. O conhecimento acerca dele é produto de nossa memória coletiva, é o seu tecido fundamental. Esse passado nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos,

ajuda-nos a saber o que defender e o que preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado. O passado está presente em todas as esferas da vida social.

Intervenção pedagógica - uma sugestão didática

Ao discutir sobre a possibilidade de trabalhar com História Oral em sala de aula, Verena Albert relata a importância das relações construída no universo familiar, como essas experiências podem ser fontes da memória histórica e afirma:

[...] o objetivo é enfatizar a relação entre história e nossas vidas, ou seja, fazer o aluno se sentir parte da história, à medida que privilegia, em sua pesquisa, a relação entre momentos históricos e a vida concreta de seus antepassados. [...] como relatar a história dos avôs sem perder de vista a história das sociedades em que viveram? Como reunir informações de diferentes fontes, entre elas os relatos dos próprios familiares, e, com elas, construir um texto coerente e, capaz de explicar ao leitor quem foram e o que fizeram aquelas pessoas? [...] Todos esses desafios talvez mostrem, para o aluno, que, ao produzir o texto de história de seus avôs, está selecionando, fazendo adequações, descobrindo novidades, reiterando esquecimentos, omitindo detalhes, enfim, ajustando experiências à linguagem...⁴⁴

A História Oral pode ser usada em escolas, através de entrevistas com crianças e com jovens. A conversa sobre o passado recente entre jovens e idosos estreita o relacionamento e valoriza os traços culturais locais, além de fornecer uma nova e envolvente dimensão à história regional e local e à história familiar, porque as integram ao todo mais amplo da memórias sobre a nação.

O uso da mediação eletrônica, por meio dos vários aparelhos colocados no mercado, não supre a necessidade do contato direto com o entrevistado. Não se faz História Oral por telefone, e-mail, blog... É a participação direta, o contato pessoal de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, de seus testemunhos e/ou participação direta ou não em

determinados acontecimentos.

Para conhecer, confrontar, identificar e compreender a memória histórica de pioneiros e de habitantes de Assis Chateaubriand, propomos entrevistar alguns pioneiros que participaram direta ou indiretamente do processo de ocupação de Assis Chateaubriand, para analisar que memórias eles elaboram sobre a história do município, questionando sua própria existência de sujeitos históricos. Além disso, cabe estabelecer um diálogo ou contraposição à produção historiográfica existente.

É importante partir de certo conhecimento elaborado sobre o assunto a ser pesquisado, tal como a bibliografia existente, fatos marcantes, monumentos... e buscando outros testemunhos para confrontar, contestar e revisar a visão existente. Para isso sugerimos observar alguns procedimentos:

Materiais: instrumento para gravação de entrevistas, podendo ser usado: gravador digital, celular, máquina fotográfica, mp3, mp4 etc., mais caneta e bloco para anotações.

Procedimentos: contatar pessoas que participaram direta ou indiretamente, que conhecem “causos e lendas” e que estejam dispostas a falar sobre suas experiências e o assunto (*Sugere-se que esse trabalho seja feito em equipes de, no máximo, 3 alunos*).

Sugestão:

Cada equipe deverá escolher 1 ou 2 pessoas para entrevistar, contatando com antecedência e marcando a entrevista, que deve ocorrer num lugar calmo, respeitando os sentimentos do entrevistado;

Preencher a ficha do entrevistado com alguns dados, como: nome, profissão do presente e do passado, o que fazia na época (manter o respeito, a ética, o sigilo, para não causar constrangimento ao entrevistado);

Ter presente questionário com perguntas a serem realizadas;

Anotar no diário de campo: impressões, dicas, informações sobre os dados da pesquisa, atitudes paralelas que ajudem a compreender os testemunhos;

⁴⁴Verena Alberti. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 16 maio 2008.

Salvar as gravações em computador, para não correr o risco de perder;

Fotografia do entrevistado, somente se autorizado pelo mesmo;

Coletadas as entrevistas, transcrever o material, com todas as características da linguagem, cacoeças, intervalos, etc.;

Observação: é muito importante a autorização da pessoa para publicar as informações cedidas, mesmo que seja em pequenos grupos (sala de aula), bem como o sigilo das informações (respeito à memória da pessoa, se ela quer ou não ser identificada). Gravar no início ou no final da entrevista a autorização para uso e cessão dos direitos e uso da entrevista.

Para o projeto sobre a história de Assis Chateaubriand, sugerimos algumas questões, como roteiro. É, todavia, muito importante que os entrevistados percebam outras questões e assuntos, principalmente aquilo que permanece silenciado.

- 1) Em que ano o(a) senhor(a) veio morar neste município? De onde vieram? Por que mudaram para cá? Como foi a chegada? Estrada? Residência? Segurança? Como foram os primeiros tempos? – Fale um pouco da trajetória até chegar em Assis Chateaubriand.
- 2) Como era o distrito/cidade quando vocês chegaram? Gostaram da localidade? O que chamou mais atenção?
- 3) Quem era o dono das terras em que vocês vieram morar? Sua ou de outra pessoa? De quem foram compradas? Havia algum documento, escritura, preço...? Vieram como donos de terras? Que outra relação de trabalho vocês tiveram?
- 4) Havia problemas com a documentação dessas ou de outras terras? Lembra-se de outras pessoas, vizinhos, amigos...? Como se relacionava com os vizinhos? Como era sua família? Quantos filhos? Quem trabalhava na terra?
- 5) Qual o papel da Colonizadora Norte do Paraná na ocupação e na colonização de Assis Chateaubriand?

Conhecia seus donos, relacionava-se com eles? De que forma?

- 6) Quem era autoridade: delegado? polícia? prefeito? padre? Quem tinha poder de mando? Como a segurança era garantida? Havia algum tipo de perigo/ameaça?
- 7) O quê e como se plantava? A quem vendiam os produtos? Quais eram as condições de sobrevivência? Quem trabalhava naquelas terras?
- 8) Existe algum fato/acidente que tenha marcado sua vida? Lembra de algum acontecimento que merece ser destacado?
- 9) O que mais marcou sua história daquele período? O que não esquece?

Para toda pesquisa realizada deve ser feito um retorno ao grupo social. Os resultados dos projetos temáticos podem ser reunidos e apresentados em *data show*, publicados em folhetos, em revistas, em jornais locais ou mesmo em sala de aula. É preciso, porém, que o professor esteja habilitado, atento, pois uma prática descuidada pode causar ressentimento, prejudicar ou difamar pessoas e ou comportamentos.

Assis Chateaubriand: uma releitura da história do município a partir da contribuição dos alunos do CEEBJA

Problematizar nosso entorno social e as representações que as pessoas têm sobre a história é construir outras memórias, é construir um diálogo ou crítica à história oficial e a memória dos homens e das mulheres de nosso tempo, para compreender suas relações e visões de mundo. A experiência construída foi numa escola de jovens e adultos, o CEEBJA de Assis Chateaubriand. Trata-se de alunos da classe trabalhadora, pais e mães de família que, por diversas razões, ficaram à margem da educação formal. Nesse caso, os alunos vêm com um tempo escasso, regulado pelas condições de vida, cujo interesse maior inicialmente está mais em conseguir certificação do que num aprendizado real. Essa realidade certamente causa certa preocupação aos professores, considerando que qualquer projeto de pesquisa exige empenho por parte dos alunos, pois

a realização de entrevistas com os colonizadores e moradores locais requer disponibilidade de tempo. No caso do presente projeto de pesquisa, o grande dilema era: – Como fazer com que esses alunos saíssem a campo atrás das memórias sobre a cidade?

Assim, da parte desta pesquisadora, a proposta foi bastante insegura e preocupada com as possíveis reações. Enfim, foi exposto o conteúdo da unidade temática: “Assis”, solicitando-se que fosse elaborado um ponto de vista de análise sobre a história do município, o que despertou curiosidade, inclusive colocando informações que alguns traziam sobre a história oficial.

A apresentação da unidade temática “Chateaubriand: história e memória” aos alunos da EJA despertou certa curiosidade. Muitos ali vinham de famílias ou tinham conhecidos ligados direta ou indiretamente à Companhia Norte do Paraná. Um aluno afirmou que seu avô havia sido pistoleiro na época, outro, que seu tio também e assim surgiram diversos comentários de “ouvir falar” sobre a problemática. Alguns afirmaram que pais, avôs, tios, etc. falavam sobre os acontecimentos da época da colonização e as dificuldades que enfrentaram, mas eles (alunos) achavam que era pura imaginação! Houve consenso de que muitas pessoas ainda têm receio de falar sobre esse assunto. Discutiu-se sobre a importância de conhecer a história da cidade e do município e a influência que esta tem sobre a identidade atribuída ao cidadão chateaubriandense e a cada um da sala de aula. Então, os alunos foram a campo.

A seguir apresentaremos um pouco sobre os resultados dessas entrevistas realizadas pelos alunos do CEEBJA de Assis Chateaubriand.

Relatos a partir da experiência construída pelos alunos – a história de vida versus a história do município

A Célia⁴⁵, uma jovem senhora, relatou que, ao desenvolver o trabalho proposto, tratou das suas memórias e experiências dos anos 1960. Lembrou de sua mãe, que já faleceu, da pobreza que rondava a vida, da casa de chão batido, coberta de folha de palmito, da ocasião em que a mãe quase morreu de

tétano, da avó, cujo coração era duro, do pai que trabalhava a troco de comida... que tudo era muito difícil.

Ao realizar o trabalho de pesquisa, a Célia reconstruiu a memória de sua família. Ao sair à procura de informações sobre a cidade, oportunizou o encontro consigo mesma e com suas lembranças. Deparou-se com as duras condições que a vida lhe havia imposto em sua infância. A pesquisa abriu espaço para um diálogo em família, para uma parada, para troca de experiências vividas. Buscando a história do município, ela se deparou com ela mesma, com sua identidade construída na luta. Até realizaram um almoço em família para contar essas e outras “histórias”.

A Marilene⁴⁶ relata que andava preocupada com a pesquisa, por isso marcou um almoço na casa da mãe de sua nora, cujas pessoas ela iria entrevistar. Naquele dia, o assunto girou em torno da fundação da cidade e sua colonização. Os entrevistados contam que na época existia um tal de “Narcisão”,⁴⁷ capanga por aquelas bandas, que matava a mando da família Martinez. Narcisão era temido por suas maldades, mas os seus filhos eram piores, pois “faziam maldade com as pessoas”, andavam sempre armados (revólver e carabina, e um colete de munição no pescoço). Apesar disso, como o povo era, de certa forma, “amigo”, prestativo, ele andava sempre de Jipe... As pessoas mantinham certa distância, não enfrentavam nem discutiam e, muitas vezes, aceitavam seus favores.

Certa vez, narra a Marilene, Narcisão apareceu com uma enorme cobra sucuri no terreiro da casa, deixando a todos apavorados, mas ele foi logo acalmando a todos, dizendo que a cobra só ataca se tiver com fome, mas aquela andava muito bem alimentada. Chamou a todos para vir até seu jipe e ver os alimentos do animal. A surpresa é que havia diversos corpos que seriam utilizados como alimento para o animal. A casa em que morava o tal Narcisão era uma fortaleza e ficava perto do Rio Piquiri. Neste mesmo rio, segundo o depoimento coletado pela aluna, em período de grande estiagem ainda é possível encontrar cadáveres às margens do rio.

Já Éverton⁴⁸ foi procurar seu tio, pioneiro destas terras. Durante seus relatos, em sala de aula,

⁴⁵Célia Regina de Mello, aluna do CEEBJA de Assis Chateaubriand.

⁴⁶Marilene dos Santos Salvador, aluna do CEEJA de Assis Chateaubriand.

⁴⁷Esse Narcisão aparece em várias entrevistas de forma indireta, como um capanga, pistoleiro a serviço da Colonizadora.

⁴⁸Éverton Nasser Dalbério – Aluno do CEEBJA.

disse que mora há pouco mais de um ano nesta região, veio de Dourados, do Mato Grosso do Sul. Durante seus relatos explicou como veio parar aqui, nesta cidade. Disse que veio atrás de seus familiares, que havia colocado anúncio na internet, buscando suas raízes e, depois de quatro semanas, teve a primeira notícia. Sem pensar muito, arrumou suas malas e aqui chegou. Encontrou cinco famílias cuja relação de parentesco fazia parte de suas raízes. Arranjou um emprego e aqui está até hoje. Éverton veio atrás de sua história, de sua vida e de sua identidade.

Maria de Lourdes⁴⁹ entrevistou o próprio pai. Ela se lembra da luta e do esforço que o pai passou naqueles tempos. Era pequena e dormia no colo de seu pai e, quando ele se aventurou por aqui, ficou seis meses longe dela e ela sofreu muito a ausência do pai.

Informou ela que, no dia da entrevista, tiveram uma conversa longa e “meu pai gostou muito de falar sobre isso”, afirmou. Outros familiares, como uma sobrinha, ficaram impressionados com os relatos. Afirma também que informou muito o pai sobre aquilo que havia ouvido na escola enquanto estudou sobre “Assis Chateaubriand: história e memória”.

Adalberto⁵⁰ afirma que seu tio fora motorista da Colonizadora. Ele (o tio) presenciou diversas violências cometidas pelos homens daquela Companhia. A colonizadora agia da seguinte forma: tentava negociar a terra e, se o dono não aceitasse, retirava a família de dentro, jogava gasolina e queimava tudo e houve até muitas mortes.

Adalberto, da família Amaro, segundo ele, tem constrangimento e vergonha do sobrenome, em função do passado de sua família. Lembra que alguns desses jagunços ainda estão vivos, doentes e que todos estão morrendo na miséria. Segundo ele, de nada adiantou ter feito o que fizeram, pois a recompensa pelo mal é a miséria e a morte solitária – destaca.

Roberto⁵¹ entrevistou Carlos Neto. Em seus relatos contou a história do Narciso, um jagunço da Colonizadora, jagunço que matou uma

família inteira, de que só sobrou um filho que estava no chiqueirão, como único sobrevivente. Narciso matava e jogava no Rio Piquiri.

O Alessandro⁵² afirmou: “Nunca gostei de história e com esse trabalho eu entendi a importância de conhecer a história e a história da gente. Aprendi mais do que tudo o que estudei até hoje”. Alguns de seus familiares também estão envolvidos com a Colonizadora e ele já tinha ouvido falar sobre a violência. Em cada fazenda tinha cemitério e que uma colega de trabalho não sabe até hoje onde o pai foi enterrado. Na época ela tinha 9 anos de idade. A mãe, ela a encontrou depois de vinte anos. Na época todo dia matavam gente, afirma ele.

Éverton Nunes⁵³ mora em Assis desde a infância. Segundo ele, ouvia muitas histórias na época da hortelã. Os avôs e os tios contavam história, mas pensava que era um monte de mentiras, imaginação. Falavam da Corredeira dos Índios, que era esconderijo de capangas e que estes matavam pessoas e jogavam no Rio Piquiri. Para Éverton, depois do estudo proporcionado pelo projeto “Assis Chateaubriand: história e memória”, percebeu que a maioria das histórias, contadas por seus pais e avôs, são verdadeiras.

São muitos os relatos e os depoimentos onde são descritos os métodos utilizados pelos donos da Colonizadora Norte do Paraná, se bem que o serviço obscuro e sujo era feito por contratação de jagunços.

Considerações finais

Recuperar e tirar do silêncio as memórias de pessoas comuns, que vivenciaram a experiência do mandonismo político, do grilo de terras e da expulsão, é um objetivo ousado. Constatou-se que as denúncias das violências cometidas, dos conflitos agrários, da negação e do medo, e do domínio das consciências são uma constante, ontem e hoje, naqueles que presenciaram direta ou indiretamente a história de Assis Chateaubriand. Foram mencionadas barbaridades desde o envolvimento

⁴⁹Maria de Lourdes Salvalágio Brandão, aluna do CEEBJA de Assis Chateaubriand.

⁵⁰Adalberto Amaro de Oliveira Silva, aluno do CEEBJA, cujos familiares trabalharam diretamente com a Colonizadora Norte do Paraná, citado pela entrevista de seu primo, o Luís Antônio dos Santos.

⁵¹Roberto de Lima Rodrigues, aluno do CEEBJA de Assis Chateaubriand.

⁵²Alessandro Oséias do Nascimento Nunes, aluno do CEEBJA de Assis Chateaubriand.

⁵³Éverton Gonçalves Nunes, aluno do CEEBJA de Assis Chateaubriand.

das autoridades citadas nos depoimentos (como de policiais militares que faziam horas-extras como criminosos), fraudes envolvendo o poder da Justiça, suborno de autoridades locais, legitimação e violência instituída pelo poder do prefeito da época, citado por Luiz Antônio dos Santos: “[...] morreu família inteira queimado por ordem do Dr. Rudy, tô citando o nome dele porque ele era o chefe da colonizadora”.⁵⁴

O passado, enquanto campo de interesse e de disputa de poder, não é terreno neutro nem no tempo presente. A história dos grandes feitos, vista de cima para baixo, ainda faz parte do cotidiano escolar. Continuamos a ensinar, em nossas escolas, a versão histórica construída por esses “benfeitores e nobres” cidadãos a respeito da colonização. Romper com a história oficial e com o domínio da memória, eis um passo a ser conquistado: “Se o Rio Piquiri soubesse falar, a gente saberia direito”, disse nosso entrevistado Mário Orlandini.

O passado ainda pode influenciar a consciência das pessoas. Ele ainda age contra a espontaneidade, contra a vontade, contra a liberdade e ainda é campo de tortura psicológica. Assim, cada estudante que participou da pesquisa, ao buscar a história de sua cidade, encontrou a sua própria história. Este projeto resultou, portanto, numa releitura da história oficial e oportunizou aos alunos da EJA a busca de suas raízes, de suas vidas e lutas, das memórias cultivadas, do domínio do império do medo e o que essas situações passadas significam para as pessoas envolvidas direta e indiretamente na história de sua cidade. A partir da pesquisa passa-se a dispor de uma resposta, embora provisória, pois há muitos outros que ainda não foram ouvidos.

Artigo recebido em 12/09/2011
Artigo aprovado em 28/11/2011

⁵⁴Entrevista a Rita Boritza e a alunos dos CEEBJA de Assis Chateaubriand, em 4/6/2009.